

MEMÓRIA DA REUNIÃO - Comissão Intersectorial de Educação Ambiental (CISEA)

Local:
REUNIÃO VIRTUAL

Data:
25/09/2024

Horário:
10h às 12h

Pauta:

Apresentação sobre o tema “Avanços do município nas diretrizes ambientais: Programa Município VerdeAzul (PMVA)”, ministrada por Fernando Souza de Almeida (Chefe da Unidade II: Seção de Informações Ambientais – SEIAMB; Interlocutor Titular do Programa Município VerdeAzul - PMVA em Santos).

2) Calendário Ecológico referente ao mês de outubro;

3) Informes gerais.

Desdobramentos e Encaminhamentos da reunião:

A reunião foi realizada virtualmente, iniciando com a confirmação da lista de presença e apresentação dos membros da CISEA e CIMEA.

A reunião se iniciou com a palavra de Edna Santos de Gois, secretária da CISEA/CIMEA, que informou a pauta: (1) Apresentação sobre o tema “Avanços do município nas diretrizes ambientais: Programa Município VerdeAzul (PMVA)”, ministrada por Fernando Souza de Almeida (Chefe da Unidade II: Seção de Informações Ambientais – SEIAMB; Interlocutor Titular do Programa Município VerdeAzul - PMVA em Santos); (2) Calendário Ecológico referente ao mês de outubro; (3) Informes gerais. Em seguida, Edna Santos de Gois (CISEA/CIMEA) passou a palavra para Fernando Souza de Almeida (SEIAMB). Ele iniciou sua fala agradecendo à Edna Santos de Gois (CISEA/CIMEA) e cumprimentando os presentes, se apresentou como chefe da Sessão de Informações Ambientais (SEIAMB), cargo que ocupa há mais de sete anos e explicou que entre as várias atividades da SEIAMB, está a responsabilidade de realizar o processo de governança vinculado ao programa que seria abordado em sua exposição.

Ele começou a introduzir o tema lembrando a data, 25 de setembro de 2024, destacando que naquele dia se comemorava o Dia Mundial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) explicou que os ODS são ferramentas da Agenda 2030, uma iniciativa global cujo objetivo é promover ações locais que beneficiem o bem-estar do planeta. Ele destacou que a Agenda 2030 foi estruturada em 2015 durante uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que definiu 17 objetivos e 169 metas a serem implementados globalmente, com foco em temas variados como meio ambiente, educação, saúde, saneamento básico e redução das desigualdades.

Ao longo de sua apresentação, Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) ressaltou paralelos entre o programa que apresentaria e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mostrando suas conexões, especialmente no âmbito da temática ambiental. Ele explicou que o programa foi criado antes dos ODS, mas guarda uma relação próxima com os antigos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que também focavam no desenvolvimento sustentável.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) sugeriu que durante a apresentação, os participantes poderiam deixar suas dúvidas para o final ou escrevê-las na caixa de texto, para que fossem respondidas após a conclusão da exposição. Consultando Edna Santos de Gois

(CISEA/CIMEA) sobre essa abordagem, buscando sua aprovação para seguir com essa dinâmica.

Edna Santos de Gois (CISEA/CIMEA) concordou com a sugestão de Fernando Souza de Almeida (SEIAMB), reforçando que as perguntas poderiam ser feitas de duas maneiras: os participantes poderiam escrevê-las no chat durante a apresentação ou anotá-las para não esquecerem e no final, teriam a oportunidade de fazer suas intervenções. Com o consenso de Edna Santos de Gois (CISEA/CIMEA) e do público, Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) prosseguiu com sua apresentação, assegurando-se de que as dúvidas e observações pudessem ser abordadas no momento adequado, sem interromper o fluxo de sua apresentação, mas garantindo a interação necessária ao final.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) prosseguiu sua apresentação explicando que atua como interlocutor titular do Programa Município Verde Azul (PMVA) na cidade de Santos. Ele explicou que o PMVA é um programa criado em 2007, administrado pelo Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo principal de orientar os municípios paulistas para uma melhor gestão ambiental local. Todos os 645 municípios do estado participam do programa, cada um com dois interlocutores, sendo um titular e um suplente. Esses interlocutores são servidores estatutários, responsáveis por facilitar o diálogo entre a administração municipal e outras instâncias, incluindo a sociedade.

Destacou que atua como interlocutor titular desde maio de 2019, após ter ingressado na secretaria em 2017, começando sua atuação como suplente, justamente no Dia Mundial do Meio Ambiente. A partir de 2019, assumiu a posição de titular, enquanto a suplência ficou a cargo de sua colega, a jornalista Mabel Fernandes, também presente.

Em seguida, ele apresentou o tema de sua apresentação: "Avanços do Município nas Diretrizes Ambientais através do Programa Município Verde Azul (PMVA)", ressaltando que o programa é uma ferramenta alinhada com os objetivos do movimento sustentável, sendo especialmente relevante no contexto do Dia Mundial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizado em 25 de setembro. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB), além disso comentou sobre o organograma atual da Secretaria, mencionando algumas mudanças que ocorrerão em 2024, especialmente em relação à nomenclatura de determinadas funções.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) explicou o papel da Seção de Informações Ambientais (SEIAMB) no organograma da Secretaria, destacando que essa seção é a responsável pela gestão do PMVA no município. Ele reforçou que o programa tem uma conexão direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando que sua principal premissa é "uma ação local em prol de uma causa global". O símbolo do trevo verde, utilizado pelo programa, simboliza essa governança compartilhada, que envolve atores sociais, poder público e entidades da sociedade civil, todos trabalhando em conjunto para alcançar uma melhor gestão ambiental.

Ele mencionou que o PMVA foi criado pelo governo do estado de São Paulo em 2007, inicialmente com o nome de Programa Município Verde. Durante sua concepção, gestores públicos e prefeitos contribuíram para o desenvolvimento da proposta. Em 2009, uma mudança significativa ocorreu, quando se percebeu que o programa original não tratava de questões relacionadas ao saneamento e à gestão das águas. Como resultado, o Programa Município Verde foi integrado ao Pacto das Águas, que já existia no estado, focado nessas lacunas. Assim, nasceu o Programa Município Verde Azul (PMVA), unindo a preservação da biodiversidade, a gestão de recursos hídricos e o saneamento.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) ressaltou que o PMVA visa incentivar ações ambientais locais e avaliar os resultados gerados pelos municípios. O programa tem como um de seus principais objetivos integrar a variável ambiental nas agendas institucionais dos municípios, incentivando o planejamento ambiental, especialmente através de documentos como o Plano Diretor e o Plano Plurianual. Ele ressaltou que a descentralização, prevista na Constituição de 1988, foi fundamental para dar aos municípios a autonomia necessária para promover essas ações. O programa, desde sua criação, é guiado por resoluções técnicas, sendo

a mais recente a Resolução SMA nº 306, publicada em 31 de março de 2024.

Em seguida, Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) descreveu a estrutura do programa, composta por dez diretrizes principais. A primeira é a governança ambiental, que envolve a participação de diferentes atores, como conselhos municipais, audiências públicas e instituições acadêmicas. Ele destacou a importância da interlocução entre as três esferas do setor público e a sociedade civil organizada, através de universidades, centros de pesquisa e ONGs. A segunda diretriz trata das mudanças climáticas, um tema que ganhou relevância nos últimos anos.

Ele mencionou os desafios enfrentados por Santos, como a erosão costeira e as ressacas, especialmente em áreas vulneráveis como a Zona Noroeste e a região da Ponta da Praia. Além disso, há o problema da erosão nos morros, causada por movimentos gravitacionais de massa. Esses fenômenos climáticos representam um risco contínuo para a cidade, demandando ações ambientais robustas e bem planejadas.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) fez questão de destacar o trabalho crucial realizado pela Defesa Civil, mencionando a presença de sua colega Andressa Oliveira Souza (SESEG) na reunião. Ele explicou que a Defesa Civil é fundamental na prevenção de desastres, especialmente nas regiões montanhosas, promovendo ações de sensibilização para a população que vive nessas áreas vulneráveis. Esse trabalho visa preparar os moradores para se protegerem dos impactos imediatos das erosões.

Prosseguindo, ele abordou a diretiva referente à educação ambiental, que considera a essência do PMVA. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) simboliza essa temática começando pelo Aquário de Santos, que representa a biodiversidade marinha e o processo de sensibilização ambiental. Ele também mencionou o Orquidário Municipal, famoso por seu pavão e localizado em uma das poucas áreas protegidas com vegetação nativa no sul de Santos, onde a educação ambiental é promovida. Outro local destacado é o Jardim Botânico Chico Mendes, situado na Zona Noroeste, que também contribui para a preservação da vegetação nativa.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) então, introduz a diretiva sobre saneamento básico. Ele explicou que, nas resoluções anteriores, existiam duas diretrizes distintas sobre saneamento, mas a atual resolução unificou esses tópicos em uma única diretiva que abrange tanto o abastecimento de água quanto a gestão de esgoto. O órgão responsável por esse processo é a Sabesp, que executa a prestação de serviços de saneamento no município. Ele também ressaltou a importância de sensibilizar a população sobre a correta separação de resíduos, destacando a imagem de um colchão encontrado em uma área de drenagem como um exemplo da falta de compreensão sobre a gestão de resíduos.

Na sequência Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) abordou a diretiva relacionada aos resíduos sólidos, mencionando que Santos possui um dos programas de coleta seletiva mais antigos do país, com mais de 30 anos de existência. O objetivo é sensibilizar os munícipes sobre a separação correta dos resíduos recicláveis. Ele enfatizou a necessidade de manter a limpeza urbana, especialmente nas praias e áreas públicas, onde a presença de resíduos é mais evidente.

A diretiva 6 trata da qualidade do ar e da mitigação de gases de efeito estufa, um tema cada vez mais relevante devido a fenômenos como as queimadas. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) mencionou iniciativas que os municípios estão adotando para promover o uso de energias limpas, como a energia solar. Santos, por exemplo, possui veículos híbridos e elétricos na frota municipal, incentivando a adoção de modais de transporte sustentáveis. A ciclovia de Santos é outro exemplo de mobilidade sustentável, favorecida pela topografia plana da cidade. Ele também mencionou a necessidade de capacitar a população para prevenir queimadas, destacando a parceria com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros nesse esforço.

Em relação à diretiva 7, que aborda a biodiversidade, Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) fala sobre a importância de preservar os biomas locais, especialmente a Mata Atlântica. Ele explicou que o PMVA incentiva a criação de marcos técnicos para a proteção desses biomas e

Santos já elaborou um plano municipal específico para a Mata Atlântica. Ele elogia o trabalho da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA), que promoveu um diálogo abrangente com a sociedade civil para garantir a conservação da cobertura vegetal nativa.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) também destacou a importância das ações voltadas à proteção de espécies silvestres e domésticas, mencionando o trabalho da Coordenadoria de Defesa da Vida Animal (Codevida). Ele mencionou a realização de feiras de produtos orgânicos no município, que promove a comercialização de produtos sustentáveis e conta com a participação da sociedade.

Ele avançou para a diretiva 8, que trata da arborização urbana, ressaltando a necessidade de preservar áreas com cobertura vegetal e garantir a presença de espécies nativas da Mata Atlântica em ambientes urbanos. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) destacou que essas iniciativas são essenciais para promover uma cidade mais verde e sustentável, reforçando o compromisso do município em melhorar a gestão ambiental e sensibilizar a população sobre a importância da preservação ambiental.

Comentou que regiões mais arborizadas tendem a oferecer uma melhor qualidade de vida e elogiou o município de Santos, que é muito privilegiado nesse sentido, pois possui uma das maiores faixas de areia com jardins do mundo, sendo reconhecida pelo livro dos records por esse motivo. Além disso, ele mencionou a promoção de plantios em diversas áreas da cidade, enfatizando a importância de cultivar espécies nativas da Mata Atlântica.

Além disso, lembrou das discussões sobre educação ambiental e dos trabalhos realizados pelo Jardim Botânico e pelo Orquidário. Segundo ele, essas áreas são estratégicas dentro do município, pois apresentam o plantio de espécies arbóreas e uma grande presença de cobertura vegetal nativa que está contemplada no Programa Municipal Verde e Azul, concentradas especificamente nos recursos hídricos.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) fez questão de destacar, no caso do município de Santos, o excelente trabalho promovido pela SECLIMA. Esse trabalho visa à identificação, conservação e preservação de nascentes, que é o Programa Nascente de Santos. Atualmente, a equipe está envolvida no desafio de identificar todas as nascentes localizadas na área insular do município e futuramente esse processo também incluirá a área continental. Ressaltou que esse é um trabalho extremamente relevante e pioneiro, que merece ser destacado, pois alinha-se com as tarefas propostas por essa nova diretriz.

Ele também enfatizou a necessidade de preservar os recursos hídricos, especialmente em áreas de proteção ambiental e áreas de proteção permanente, já que são por meio das nascentes e mananciais que os rios se formam, proporcionando melhores condições para o abastecimento de água potável.

Mencionou a importância do trabalho de desassoreamento de rios e canais, que é realizado brilhantemente pela Progresso e Desenvolvimento de Santos (PRODESAN) e outras secretarias, com o objetivo de remover resíduos. Ele destacou outro programa importante, o Programa Detecta, uma iniciativa da Secretaria voltada para a identificação de pontos irregulares de descarte de esgoto.

Em seguida, comentou sobre uma ação interessante promovida pelo Programa Detecta, que envolve a instalação de barreiras flutuantes em pontos estratégicos dos canais de Santos, visando controlar e reduzir a emissão de resíduos que são indevidamente descartados nesses locais.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) destacou a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), explicando que essa iniciativa foi desenvolvida com o amparo legal para orientar os municípios na implementação de políticas públicas estratégicas. Segundo ele, o objetivo do ZEE é equilibrar as dimensões econômicas e ambientais, promovendo um desenvolvimento sustentável. O governo do Estado de São Paulo, por meio de decretos regulamentadores, direcionou cada região do estado a desenvolver ações específicas de acordo com suas características e histórias locais. Ele ressaltou que, em Santos, algumas

iniciativas se destacaram no contexto do ZEE da Região Metropolitana da Baixada Santista. Entre elas, ele citou a Fundação Parque Tecnológico de Santos, representando a importância da pesquisa e inovação. Além disso, ressaltou o avanço no processo de licenciamento ambiental, que passou a ser descentralizado da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), permitindo que os próprios municípios licenciassem determinadas atividades, tornando os procedimentos mais ágeis e menos burocráticos.

Outro ponto enfatizado por Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) foi o desenvolvimento da atividade pesqueira, que reflete a união entre interesses econômicos e ambientais. Ele destacou o novo Mercado de Peixes como exemplo dessa convergência, transformando-o não apenas em um centro de comercialização regulamentada, mas também em um atrativo turístico importante para toda a Baixada Santista.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) também frisou a relevância do Parque Valongo, uma iniciativa da Prefeitura de Santos voltada para a recuperação de áreas degradadas pelo antigo dinamismo portuário. A entrega da primeira fase do parque, realizada recentemente, foi vista como um passo importante para integrar a cidade e o porto, fortalecendo o vínculo entre ambos.

Além disso, Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) comentou sobre a participação de Santos no programa PMVA. Ele explicou que o ciclo atual, iniciado em agosto de 2023 e com previsão de término em julho de 2025, exige que os municípios apresentem documentações comprovando o cumprimento de suas metas. Ele ressaltou que, para obter a certificação ambiental, os municípios precisam alcançar pelo menos 75 pontos em uma escala de 0 a 100.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) fez questão de mencionar o histórico de Santos no ranking ambiental paulista, lembrando que no ciclo de 2019, a cidade atingiu sua melhor pontuação até então: 89,22 pontos, ficando em 37º lugar entre os 645 municípios paulistas. Ele destacou também que, até 2021, a certificação exigia uma pontuação mínima de 80 pontos, e foi nesse contexto que quatro cidades da Baixada Santista foram certificadas pela primeira vez.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) continuou ressaltando a evolução de Santos no PMVA. Ele destacou que, em 2019, a cidade obteve a segunda maior nota da Baixada Santista, alcançando 89,22 pontos e ficando na 37ª colocação geral. No ano seguinte, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, o programa seguiu ativo. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) lembrou que, em 2020, todos trabalharam remotamente para manter o levantamento e o desenvolvimento das ações necessárias. O evento de certificação foi realizado de forma virtual, adaptando-se ao contexto da pandemia. Nesse ciclo, São José do Rio Preto, que havia liderado o ranking com 97 pontos em 2019, obteve uma leve queda na pontuação, registrando 96,61 pontos, mas mantendo-se em primeiro lugar. Santos, por sua vez, alcançou um marco inédito, obtendo 92,24 pontos, a maior pontuação de sua história, e conquistou a 22ª colocação no ranking geral. Regionalmente, a cidade manteve a segunda colocação, mas com uma evolução expressiva em sua nota. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) também destacou que, pela primeira vez, cinco cidades da Baixada Santista foram certificadas no PMVA, incluindo Guarujá, que estreou entre os municípios certificados em 2020. Em 2021, Santos superou ainda mais seu desempenho anterior, alcançando 94,55 pontos e conquistando a melhor posição de sua história: o sexto lugar geral no estado.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) enfatizou que essa conquista foi significativa, especialmente por demonstrar a evolução contínua de Santos e seu compromisso com a sustentabilidade. Ele também mencionou com orgulho que, pela primeira vez, a cidade superou São José do Rio Preto, líder tradicional do ranking, comprovando que a melhoria contínua era uma prioridade para o município.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) aproveitou para contextualizar a trajetória de Santos no programa, destacando que, entre 2011 e 2016, houve altos e baixos. Nesse período, a cidade passou por uma fase de queda nas pontuações, chegando a perder a certificação em 2016. Contudo, a partir de 2017, começou um processo de recuperação que se estendeu até

2021. Nesse caminho, Santos não apenas voltou a conquistar a certificação como também melhorou progressivamente sua pontuação, de 80 pontos em 2017 para 94,55 em 2021.

Ele reforçou a importância da continuidade e da governança colaborativa, argumentando que o sucesso do PMVA depende de uma articulação eficiente entre várias secretarias e entidades. Mencionou parcerias essenciais com a Defesa Civil, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Turismo e Educação, entre outras. Ele defendeu que o programa não deveria ser visto apenas, como uma responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, mas sim como uma iniciativa transversal que envolve todo o município e seus parceiros externos.

Citou o exemplo de Campinas para ilustrar a importância da continuidade das políticas públicas. Segundo ele, Campinas, que era uma referência no início do programa, deixou de priorizar a governança e a articulação intersetorial, resultando em quedas consecutivas no ranking. Desde 2019 ou 2020, o município não tem conseguido a certificação, evidenciando como a falta de compromisso com a continuidade pode prejudicar a gestão ambiental e as conquistas já alcançadas.

Ele destacou que o papel do interlocutor do PMVA é garantir que o trabalho seja contínuo e que, independentemente de quem assuma a função no futuro, o processo de melhoria se mantenha ativo.

Além disso, destacou o ciclo 2022-2023 do PMVA, que trouxe novos desafios e alterações na metodologia de avaliação. Ele explicou que o ciclo começou em julho de 2022 e se estendeu até agosto de 2023, configurando uma missão com características únicas. O diferencial desse ciclo foi a nova metodologia utilizada, que passou a avaliar os municípios em grupos, organizados de acordo com faixas populacionais, com base no Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Santos foi enquadrado no grupo 4, composto por municípios com população entre 100 mil e 499.999 habitantes.

Ele detalhou que, dentro desse grupo, Santos ficou na décima colocação, alcançando 87,5 pontos. No entanto, ele fez questão de explicar a razão pela qual a pontuação caiu em relação aos ciclos anteriores. Até 2021, o cálculo das notas não levava em consideração os passivos ambientais. A partir deste ciclo, esses passivos passaram a ser deduzidos da pontuação, representando um novo critério de avaliação mais rígido. Os passivos ambientais são descontos aplicados aos municípios que apresentam pendências ou desafios em temas complexos, como áreas contaminadas, resíduos sólidos e balneabilidade. No caso de Santos, os maiores entraves foram exatamente a balneabilidade das praias e a presença significativa de áreas contaminadas. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) destacou que, como Santa é uma cidade portuária, há muitos postos de gasolina que aumentam o risco de contaminação de determinadas áreas, o que acaba impactando diretamente na nota final do município.

Apesar da redução na pontuação, ele considerou que Santos obteve um excelente desempenho, comparando com outras cidades da Baixada Santista, que também estão no grupo 4, Santos ficou na posição de maior destaque. Ele reforçou que muitas cidades da região metropolitana da Baixada não alcançaram a certificação e mesmo assim, Santos não só conseguiu se certificar como também obteve a maior nota entre os municípios do litoral paulista, considerando tanto a Baixada Santista, quanto o litoral norte e a região do Vale do Ribeira. Ele destacou a importância desse resultado, pois demonstra que o município continua evoluindo na sua gestão ambiental, apesar dos novos critérios e desafios.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) comentou também sobre a melhoria contínua apresentada por outros municípios da região, como o Guarujá, Itanhaém, Praia Grande e especialmente Mongaguá, que tem se destacado nos últimos ciclos. Ele apresentou dados que mostram a evolução de Mongaguá, que obteve uma nota de 73 pontos no ciclo atual e afirmou que existe uma tendência clara de que mais municípios da Baixada possam ser certificados nos próximos anos.

Ele seguiu explicando que, após a avaliação dos municípios, o governo do Estado divulga uma nota preliminar já com o desconto dos passivos ambientais. A partir dessa publicação,

cada município tem a oportunidade de entrar com recurso para questionar ou justificar sua pontuação. Foi exatamente o que Santos fez e após a revisão, a nota final foi mantida em 87,5 pontos. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) enfatizou que o governo estadual adotou critérios bastante rigorosos na avaliação deste ciclo, o que reforça a necessidade de aprimorar continuamente as ações municipais para que não só Santos, mas toda a região, mantenha seu crescimento sustentável e alcance notas cada vez melhores.

Ele prosseguiu explicando que muitos se perguntam sobre os benefícios da certificação VerdeAzul e o que ela representa de fato para os municípios. Ele esclareceu que, além do prestígio, a certificação traz diversas vantagens concretas, especialmente na área da economia verde. Entre os principais benefícios, ele destacou a prioridade na captação de recursos estaduais, como os disponibilizados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), a possibilidade de firmar convênios com universidades e instituições nacionais e internacionais que atuam em temáticas ambientais e a atração de grandes empreendimentos comprometidos com sustentabilidade e energia renovável.

Ele citou como exemplo São José do Rio Preto, uma cidade que vem aprimorando sua gestão ambiental ao longo dos anos e consolidando sua posição como um polo logístico e industrial relevante. Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) destacou que a continuidade no processo de certificação gera maior visibilidade e credibilidade para os municípios, atraindo empresas e investimentos alinhados com práticas sustentáveis. Ele também mencionou a criação das Semanas Ambientais, instituídas em 2021, que visam conceder recursos específicos para projetos de cunho ambiental, desde que os municípios atendam a determinadas agendas previstas na legislação.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) explicou que várias diretrizes do VerdeAzul se alinham diretamente com as metas globais dos ODS. Por exemplo, o ODS 2, que trata do combate à fome e promoção da agricultura sustentável, sendo contemplado por meio de iniciativas como a Feira de Orgânicos e o projeto Hortas Bom Fruto, que incentiva a produção orgânica e sustentável. Na área de saneamento, o ODS 6, voltado para a universalização do acesso à água potável e ao saneamento, também é incorporado por meio das diretrizes do programa.

Ele continuou explicando que outras ações do VerdeAzul se alinham com o ODS 13, relacionado às mudanças climáticas, e o ODS 15, que trata da preservação de ecossistemas terrestres e recursos naturais. Ele reforçou que essas conexões entre uma agenda global e as ações locais são fundamentais para garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) também mencionou que o PMVA, criado em 2007, antecipou muitas das discussões que só ganharam força globalmente com a instituição dos ODS em 2015. Ele lembrou que, antes dos ODS, o mundo trabalhava com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que duraram até 2015 e contemplavam apenas oito temas, sendo que apenas um deles estava relacionado diretamente à temática ambiental. Hoje, pelo menos metade dos 17 ODS possuem forte convergência com questões ambientais, o que torna o VerdeAzul ainda mais relevante no contexto atual.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) prosseguiu, destacando um ponto específico dentro da Diretiva 3 de Educação Ambiental, a “Tarefa 3”, que envolve a criação de “centros e espaços de educação ambiental”. Ele explicou que essa tarefa vale 4 pontos e exige uma comprovação detalhada por parte do município. A principal exigência é que o município apresente um instrumento normativo que institua formalmente esses espaços, como o Aquário de Santos, o Jardim Botânico e o Orquidário de Santos. Esse instrumento pode se apresentar de várias formas, como uma lei, um decreto, uma resolução, uma portaria.

Além disso, ele ressaltou que é necessário fornecer um relatório de execução das ações realizadas por esses centros de educação ambiental. Outro ponto essencial é a atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada espaço, ou seja, o Aquário de Santos, o Orquidário e o Jardim Botânico precisam manter seus PPPs atualizados para que estejam em

conformidade com as exigências.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) finalizou a apresentação lembrando a importância da reflexão sobre o papel das ações locais, especialmente no Dia Mundial dos ODS, ressaltando como cada iniciativa municipal contribui para o desenvolvimento sustentável. Ele destacou que o Município VerdeAzul alinha-se diretamente aos ODS e que o programa tem um papel crucial em apoiar as melhorias contínuas da gestão ambiental, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida para os cidadãos. Por fim, ele agradeceu a atenção de todos e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos.

Em seguida Edna Santos de Gois (CISEA/CIMEA) agradeceu a Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) pelos diversos esclarecimentos que havia oferecido durante sua apresentação, ressaltando a importância da interação entre as secretarias para a melhoria dos resultados. Essa comunicação era, de fato, essencial. Durante a discussão, Valéria Vegas (SEDUC) havia deixado uma indagação registrada.

Primeiramente Valéria Vegas (SEDUC) havia expressado seus parabéns pela apresentação de Fernando e em seguida, levantou uma dúvida a respeito do descarte correto de resíduos sólidos, mencionando especificamente a Unidade da Cidade. Ela perguntou se, quando os resíduos eram coletados pelo caminhão da Terracom, no dia e horário determinados para cada bairro, esses materiais eram realmente encaminhados para a usina de separação. Se assim fosse, Valéria Vegas (SEDUC) questionava qual era o destino final desses resíduos após a usina, ressaltando que tinha ouvido relatos sobre problemas nesse processo.

Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) então, percebeu que o Secretário do Meio Ambiente Márcio Gonçalves Paulo estava presente na reunião e ofereceu a palavra a ele.

O secretário mencionou que deveriam discutir não apenas a pergunta de Valéria Vegas (SEDUC), mas também outros aspectos relacionados ao lixo, que continuava sendo produzido ou reciclado, sendo coletado pela PRODESAN, e não pela Terracom. Ele destacou que os caminhões utilizados para a coleta eram compactadores e questionou o motivo pelo qual isso não havia mudado. O secretário recordou que um trabalho sobre a Parceria Público-Privada (PPP) havia sido iniciado em meados de 2020, mas o processo foi suspenso, o que impossibilitou a modificação do contrato e a sua qualificação. Desde aquela época, o município se via obrigado a firmar contratos emergenciais. O contrato anterior havia vencido e o secretário esclareceu que não poderia estabelecer um novo contrato, pois ele era emergencial. Ele aguardava que a justiça permitisse que o processo fosse retomado, um tema que já havia sido discutido no início de 2020.

O secretário explicou que ainda se utilizava o caminhão compactador para a coleta de lixo, que era levado para uma usina de limpeza situada na usina de asfalto, no bairro da Alemoa. Nesse local, o material coletado era separado, enfardado e vendido na forma de fardos. Os recursos obtidos com essa venda ficavam integralmente com a cooperativa. Contudo, o secretário observou que a cooperativa, atualmente, não contava com um número adequado de trabalhadores, o que apresentava um problema. Os rejeitos, continuou o secretário, acabavam seguindo para o aterro sanitário.

O secretário finalizou sua fala afirmando que, dependendo da liberação judicial, a PPP poderia ser colocada em prática, e com isso, tudo que já havia sido discutido em 2019 e 2020 seria efetivado. Ele afirmou que as cooperativas seriam beneficiadas, pois a parceria da PPP promoveria um tratamento diferenciado do lixo, que chegaria a elas em uma condição muito melhor do que era atualmente. O processo atual, segundo ele, consistia apenas na coleta e encaminhamento do lixo, enquanto a PPP incluiria procedimentos adicionais.

Em seguida Valéria César da Costa (SEECTUR) se apresentou, parabenizando Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) pela apresentação e destacando que ele trouxe várias informações que ela desconhecia. Ela expressou duas grandes preocupações que surgiram a partir da fala de Fernando Souza de Almeida (SEIAMB), mencionando a necessidade de ações participativas entre as secretarias e os municípios. Valéria César da Costa (SEECTUR)

trouxe à tona sua inquietação com a questão do lixo, que sempre a preocupava, especialmente quando descia à garagem de seu prédio para descartar o lixo corretamente e via que muitos não faziam o mesmo.

Ela relatou que, ao colocar o pé na rua para ir ao trabalho, morando em São Vicente, próximo ao Carrefour, notava que a evidência de lixo havia aumentado ao longo dos anos, apesar dos esforços das prefeituras. Embora não tivesse muito contato com a prefeitura de São Vicente, Valéria se mostrava perplexa, questionando como poderiam aumentar as ações entre os municípios. Ela ressaltou que o lixo não ficava parado e era levado pelo vento para diversos lugares, incluindo o mar e os jardins. Valéria César da Costa (SEECTUR) percebeu essa situação se agravando a cada dia, o que a deixava preocupada.

Ela também comentou sobre a importância da educação ambiental, expressando seu olhar pessimista ao afirmar que as pessoas ainda estavam muito mal educadas em relação ao descarte de resíduos. Valéria César da Costa (SEECTUR) então tocou em um tema mais próximo a ela, o ecoturismo. Ela recordou que Fernando Souza de Almeida (SEIAMB) mencionou o Porto Valongo e destacou que era desejo do governo ampliar ações voltadas para o ecoturismo. Contudo, a implementação dessas ações era sempre difícil, especialmente em relação ao Parque Valongo, que havia sido inaugurado recentemente.

Valéria César da Costa (SEECTUR) compartilhou que haviam sido desengavetados projetos de rotas náuticas, elaborados por colegas anteriores e que ela havia feito algumas adaptações, considerando o transporte fluido entre a orla da praia, o Parque Valongo e a área continental. Contudo, logo enfrentaram dificuldades, como a impossibilidade de executar duas rotas, uma delas que levaria ao Caruara, devido ao assoreamento e à falta de infraestrutura no local. A proposta de uma rota de aventura ecológica até o sítio Itabatatinga também se mostrou inviável pela mesma razão. O responsável pelo sítio havia alertado Valéria César da Costa (SEECTUR) de que atualmente nem as canoas, que antes recebiam grupos de canoagem, conseguiam desembarcar no local.

Valéria César da Costa (SEECTUR) expressou suas preocupações, ressaltando que não havia dialogado diretamente com colegas de outras secretarias sobre esses assuntos, embora sempre se reportasse a seus superiores na Secretaria de Turismo de Santos (SEECTUR). Com a chegada do verão e o Parque Valongo prestes a receber visitantes, questionou o que poderiam oferecer. Ela comentou que tentavam buscar alternativas, mas sempre encontravam lacunas. Quando seus colegas pediam novidades sobre o ecoturismo, Valéria César da Costa (SEECTUR) sentia dificuldades em colocá-las em prática, devido a muitas limitações.

Em seguida o secretário agradeceu a Valéria César da Costa (SEECTUR) pelo relato e pela descrição de suas reflexões, reconhecendo que isso ajudava a aprimorar a comunicação das mensagens. Ele começou a comentar sobre São Vicente, destacando que fez questão de apresentar um relatório que comparava o ciclo de 2019 até 2021 e depois os ciclos de 2022 e 2023, analisando o desempenho das cidades no programa verde e azul. O secretário ressaltou que São Vicente não estava bem posicionado nesse ranking.

Valéria César da Costa (SEECTUR) lembrou que havia mencionado a situação de lixo no canal 1, perto do VLT e que também havia verificado uma quantidade alarmante de lixo em Santos. Ela estendeu seu comentário para a cidade, lamentando a situação. O secretário continuou falando sobre a importância de se ter uma boa interlocução com os colegas de São Vicente, sugerindo que Valéria César da Costa (SEECTUR) marcasse uma reunião para entender como poderia contribuir para melhorar o desempenho da cidade em relação às políticas públicas.

Ele afirmou que reuniões sobre questões metropolitanas e capacitações estavam sendo realizadas, abertas à todas as cidades do estado de São Paulo. Valéria César da Costa (SEECTUR), por sua vez, fez menção a uma reportagem que viu no Jornal A Tribuna sobre o descarte irregular de lixo de obras em Santos e a dificuldade que a fiscalização estava enfrentando nesse contexto.

Ela questionou se não seria mais efetivo que a Secretaria do Meio Ambiente tentasse conversar diretamente com a Secretaria de São Vicente, sugerindo que esse tipo de aproximação poderia trazer resultados. O secretário concordou que esse assunto era discutido em câmaras temáticas, incluindo a de saneamento e mencionou que haveria uma reunião para discutir ações em relação ao abastecimento e segurança hídrica.

O secretário também mencionou que havia um plano regional de resíduos sólidos em prática e que as prefeituras realizavam ações para interceptar os caminhões que transportavam resíduos da construção civil. Embora houvesse um número maior de fiscais atualmente, ainda assim havia dificuldades em flagrar o descarte irregular.

Ele ressaltou a importância da educação ambiental, afirmando que a equipe orientava a população e quando necessário, aplicava sanções. O secretário reconheceu que cada município tinha sua realidade e que a ação conjunta era necessária para rastrear e autuar os transportadores de resíduos. Ao final da reunião, Alessandro de Brito Zuffo (DEPAVI), também se manifestou agradecendo pela apresentação esclarecedora e reforçando a importância da educação ambiental.

Por fim, o secretário concluiu sua fala agradecendo a todos pela participação e pelas contribuições valiosas. Ele enfatizou a importância do diálogo contínuo e da colaboração entre as secretarias e os municípios para enfrentar os desafios relacionados ao lixo e ao ecoturismo. Ele se despediu, desejando que todos pudessem aplicar os conhecimentos compartilhados e se prepararem para os desafios que viriam pela frente.

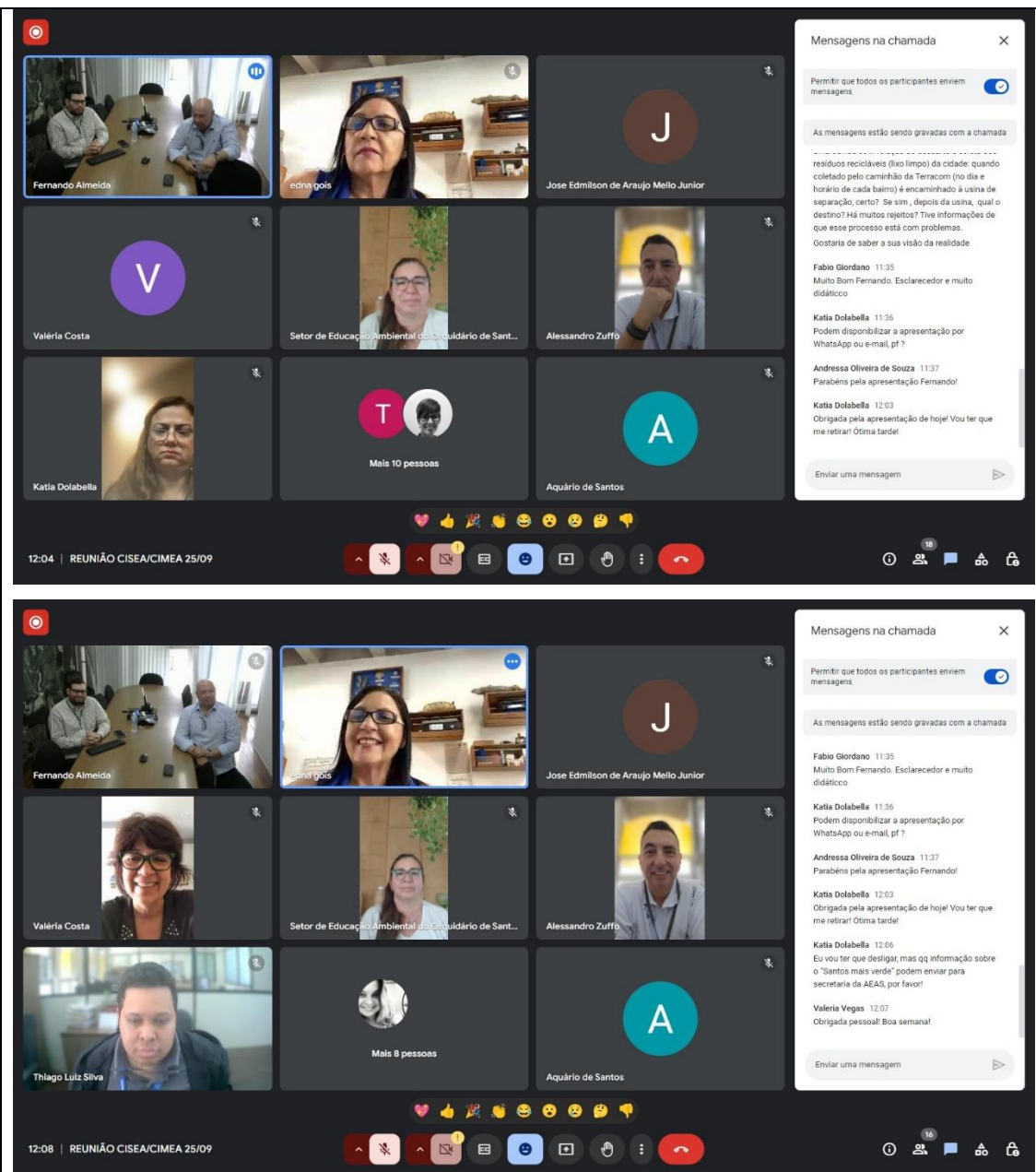
Em seguida Edna Santos de Gois (CISEA/CIMEA) informou que em relação ao calendário ecológico, em outubro, haveria apenas a Semana da Cultura Oceânica. No entanto, devido às restrições eleitorais, não seria possível compilar e divulgar atividades, mas que as atividades ocorreriam normalmente em cada instituição. Contudo, ela sugeriu que, talvez fosse possível a realização em novembro, quando poderia compilar as atividades das instituições interessadas, a fim de encaminhá-las para uma divulgação.

A reunião foi finalizada com o registro fotográfico e cumprimentos entre os participantes. A próxima reunião será no dia 30 de outubro, última quarta-feira do mês.

Informes Gerais da reunião:

- A próxima reunião acontecerá no dia 30 de outubro de 2024;

Participantes da reunião em imagem abaixo e lista anexa:



Mensagens na chamada

Permitir que todos os participantes enviem mensagens

As mensagens estão sendo gravadas com a chamada

Fabio Giordano 11:35
Muito Bom Fernando. Esclarecedor e muito didático

Katia Dolabella 11:36
Podem disponibilizar a apresentação por WhatsApp ou e-mail, pf?

Andressa Oliveira de Souza 11:37
Parabéns pela apresentação Fernando!

Katia Dolabella 12:03
Obrigada pela apresentação de hoje! Vou ter que me retirar! Ótima tarde!

Enviar uma mensagem

12:04 | REUNIÃO CISEA/CIMEA 25/09

Mensagens na chamada

Permitir que todos os participantes enviem mensagens

As mensagens estão sendo gravadas com a chamada

Fabio Giordano 11:35
Muito Bom Fernando. Esclarecedor e muito didático

Katia Dolabella 11:36
Podem disponibilizar a apresentação por WhatsApp ou e-mail, pf?

Andressa Oliveira de Souza 11:37
Parabéns pela apresentação Fernando!

Katia Dolabella 12:03
Obrigada pela apresentação de hoje! Vou ter que me retirar! Ótima tarde!

Katia Dolabella 12:06
Eu vou ter que desligar, mas qq informação sobre o "Santos mais verde" podem enviar para secretaria da AEAS, por favor!

Valeria Vegas 12:07
Obrigada pessoal! Boa semana!

Enviar uma mensagem

12:08 | REUNIÃO CISEA/CIMEA 25/09

Santos, 23 de outubro de 2024.

Leandra Alves Rosete
Presidente da CISEA

LISTAGEM DE PRESENÇA – REUNIÃO CONJUNTA
CISEA/CIMEA

DATA: 25/09/2024 – 10H (VIA GOOGLE MEET)

COMISSÃO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CISEA

Nº	REPRESENTANTES	
01	COPOLAM - SEMAM	
	Titular: Leandra Alves Rosete	Ausência Justificada
	Suplente: Claudio Marques Trovão	Ausente
02	SEPROAM - SEMAM	
	Titular: Deudac dos Santos Pereira	Presente
	Suplente: Michelle Elisa Meletti Vieira	Ausente
03	SEPROVIDA - SEMAM	
	Titular: Karoline Lino Castro	Ausente
	Suplente: Andréa Vieira Setúbal	Ausente
04	SEDAM – JB - SEMAM	
	Titular: André Luis Olmos dos Santos	Ausência Justificada
	Suplente: Eliana dos Santos Alves	Ausência Justificada
05	UEAAQ - SEMAM	
	Titular: Edna Santos de Gois	Presente
	Suplente: Richard Emanuel Persaud	Presente
06	UEA ORQ - SEMAM	
	Titular: Cibele Coelho Augusto	Presente
	Suplente: Cintia Augusta Labes do Prado	Ausência Justificada
07	SEDUC	
	Titular: Ana Paula dos Santos	Ausência Justificada
	Suplente: Suely Veríssimo Gomes	Ausente
08	SEECTUR	
	Titular: Valéria César da Costa	Presente
	Suplente: Cecília Jorge Kubo Dias	Ausente
09	SMS	
	Titular: Liseane Maria Quadros Oliveira	Presente
	Suplente: Cristiane Parmentieri Barga	Ausente
10	DEFESA CIVIL - SESEG	
	Titular: Andressa Oliveira Souza	Presente
	Suplente: André Lemos Miranda	Ausente
11	DICOM	
	Titular: Michella Gujit Lopes	Ausente
	Suplente: Ronnie Turrine Sens	Ausente
12	SECULT	
	Titular: Maria Ines Rangel Garcial	Ausente
	Suplente: Diego Maia Hortas	Ausente
13	SEDS	

	Titular: Nathalia França da Cruz Retz	Ausente
	Suplente: Rayssa Ramos Barja	Ausente
14	SEDURB	
	Titular: Veridiana Nobre Lopes Teixeira	Ausente
	Suplente: Carla Guimarães Pupin	Ausente
CONVIDADOS		
Convidado (Palestrante)	Fernando Souza de Almeida (SEIAMB/PMVA)	Presente
Convidado	Thiago Luiz Silva (SEMAM)	Presente
Convidada	Mabel Fernandes (SEIAMB)	Presente
Convidada	Ingrid da Costa Risso (UEA/AQS)	Presente
Convidada	Ana Júlia Pereira da Costa	Presente
Convidada	Letícia Reis Canha Bezerra	Presente